

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1050

Lewandowski reafirma defesa do PCS original

Ministro diz que não faz sentido defender subsídio nesse momento

Na sexta-feira, dia 5, em reunião com coordenadores da Fenajufe, o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, informou que o Pleno do Tribunal votará sua proposta orçamentária em Sessão nesta terça-feira, dia 9, contemplando os valores do PCS da categoria. De acordo com o ministro, que reafirmou a defesa do projeto original, enviado pelo STF ao Congresso Nacional, o TSE seguirá a orientação do Supremo e, após a aprovação da peça orçamentária, enviará o ofício à Presidência da República no mesmo dia.

Perguntado pelos coordenadores da Fenajufe sobre declarações feitas durante reunião em Cuiabá, na qual teria sugerido um reajuste de 15%, Lewandowski afirmou que sua defesa é a do PL e que sua fala, da forma como foi divulgada por algumas associações, foi descaracterizada do contexto original, não ilustrando de fato a sua posição.

O presidente do TSE avaliou que não faz sentido a defesa de subsídio, uma vez que o STF firma, de maneira unânime e inequívoca, sua posição em defesa do PL original em Sessão Administrativa na última quarta-feira. "O passo dado pelo Supremo foi muito importante e a proposta do TSE dirá o mesmo. Nós já temos o PL que tramita no Legislativo e os recursos aprovados pelo STF, cujo entendimento será seguido pelo TSE", ressaltou o ministro, reafirmando sua defesa do PCS.

No encontro, os coordenadores da Fenajufe reforçaram o pedido, já feito ao ministro em encontros anteriores, para que ele auxilie no processo de negociação capaz de garantir o acordo necessário para aprovar o projeto. Em resposta a essa reivindicação, o presidente do TSE informou que continuará se empenhando para ajudar nas negociações entre o Judiciário e o Executivo e que nesta semana deverá procurar lideranças partidárias no Congresso.

Sobre a proposta orçamentária contendo os valores do PCS, a diretora geral do TSE, Patrícia Land, informou que os demais Tribunais vão adotar o mesmo procedimento. "Estamos trabalhando pela uniformidade e, por isso, temos conhecimento de que todos os Tribunais vão trabalhar no mesmo sentido da decisão do STF. Essa estratégia provavelmente terá repercussão positiva no processo de negociação", disse Patrícia Land.

"O STF, ao pautar o assunto na Sessão Administrativa, confere peso à sua posição, uma vez que a decisão deixa de ser apenas do presidente, ministro Peluso, e passa a ser do colegiado, composto por onze ministros. E, mais do que isso, como norteia os demais Tribunais, reforça que é a posição de todo o Poder Judiciário e, dessa maneira, passa a exigir do Poder Executivo o respeito a sua autonomia. Esse enfrentamento não foi feito no ano passado e politicamente devemos aproveitar o momento para resolver o impasse quanto às negociações", avalia Jean Loiola, da Federação. *Da Fenajufe*

SINTRAJUSC cobra Administrações sobre inclusão de recursos

O SINTRAJUSC cobrou da Administração da JF, JE e JT, via ofício, a inclusão dos valores do PCS no orçamento. Os ofícios (com os seguintes protocolos: JF em 25 de julho, recebida pela Direção do Foro; JE com protocolo 57.357/2011, às 14h58 de 25 de julho, e JT com protocolo de 22 de julho), ainda não foram respondidos. O Sindicato aguarda o posicionamento das três Justças em SC.

PL 1.992, sobre aposentadoria complementar, volta à pauta da Ctas na próxima quarta

O PL 1.992/07, que institui o regime de previdência complementar no serviço público, está na pauta da sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctas) nesta quarta-feira, dia 10. Semana passada o projeto não foi votado pelos membros da Comissão devido a um pedido de vista apresentado pelo relator, deputado Silvio Costa (PTB-PE).

O PL 1.992/2007, do Poder Executivo, além de implementar a previdência complementar, também fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição e autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). A referida matéria regulamenta o § 15 do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - Reforma da Previdência).

Se aprovada, a proposta dará origem à maior entidade de previdência complementar fechada do mercado brasileiro. O novo regime obriga todos os que ingressarem no serviço público, após a vigência da nova lei, a ter o valor dos proventos de aposentadoria e pensão limitado ao máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente em R\$ 3.689,66.

Em junho, a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) apresentou voto em separado, sugerindo a rejeição do PL 1.992/07. Em abril, requerimento do deputado Roberto Roberto Policarpo (PT-DF) retirou o projeto da pauta da Ctas e previu realização de seminário nacional sobre o tema, impedindo a votação imediata da proposição.

A matéria tramita na Ctas da Câmara dos Deputados, cujo relator apresentou parecer favorável ao projeto. Após a votação na Comissão, a proposição seguirá para análise da Comissão de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada, segue para o Senado, pois tramita em caráter conclusivo e não precisa passar pelo Plenário.

A Fenajufe avalia que é fundamental a pressão dos servidores para conseguir impedir a aprovação dessa matéria. Na última Plenária Nacional, realizada no Rio de Janeiro, os delegados reafirmaram a importância da luta contra a implementação da previdência complementar no serviço público. "A luta contra os fundos de pensão no serviço público faz parte da nossa pauta e, por isso, devemos também fazer pressão para barrar a aprovação dessa proposta", diz Jacqueline Albuquerque, coordenadora da Federação. *Da Fenajufe*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 16 de agosto do ano de 2011, terça-feira, às 13h30, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes
- b) Encaminhamentos da luta pelo PCS
- c) Eleição de delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe

Florianópolis, 09 de agosto de 2011
Coordenação Geral do SINTRAJUSC

Caravana a Brasília

O último dia para inscrição de interessados em participar da Caravana a Brasília é 10 de agosto, quarta-feira.

Confira o Calendário:

23/08: Manhã (SAÍDA);

24/08: Ato em Brasília;

25/08: Durante o dia, conversa com parlamentares no Congresso, e RETORNO a Florianópolis à noite, com CHEGADA prevista para o dia 26/08 (SEXTA-FEIRA).

Os servidores que desejarem integrar a Caravana deverão entrar em contato com o SINTRAJUSC no e-mail administrativo@sintrajusc.org.br ou (48)3222-4668.